

## OLIGARCAS E MODERNIZANTES? ANÁLISE PROSOPOGRÁFICA DA ELITE PARLAMENTAR CEARENSE NO CONGRESSO NACIONAL NOS ANOS 1940<sup>1</sup>

Alexandre Barbalho<sup>2</sup>

 <https://orcid.org/0000-0003-4612-6162>

### RESUMO

O presente artigo resulta de uma pesquisa sobre as elites cearenses, como se formam, circulam e são recrutadas, a partir do pressuposto de que o Ceará vem passando por um processo de modernização a partir dos anos 1950, impulsionado pelo nacional-desenvolvimentismo que se inicia naquela década. Coloca-se, assim, a seguinte questão: a elite parlamentar imediatamente anterior a esse período, eleita em 1945, ainda é representante das forças conservadoras? Ou, após a Era Vargas e o rearranjo entre as elites regionais promovido neste contexto, já se configura como agente modernizador? A hipótese é de que não teria ocorrido uma mudança no perfil dos parlamentares. Como metodologia, recorreu-se à análise prosopográfica baseada no corpus empírico, constituído por dois senadores e sete deputados federais. Conclui-se que a hipótese se comprova apenas em parte, pois, se as trajetórias analisadas apontam para uma grande maioria de agentes com ascendência ligada aos poderes locais, por outro lado revelam a presença de valores modernizantes.

Palavras-chave: Modernização, Elite, Parlamento, Ceará.

### OLIGARCHS AND MODERNIZERS? PROSOPOGRAPHICAL ANALYSIS OF THE CEARENSE PARLIAMENTARY ELITE AT THE NATIONAL CONGRESS IN THE 1940S

### ABSTRACT

The present article results from a research on the elites of Ceará, how they are formed, circulate and are recruited, based on the assumption that Ceará has been undergoing a process of modernization since the 1950s. For this article, these questions arise: If the changes occurred in the 1950s, did the parliamentary elite immediately before that period, elected in 1945, still represent the conservative forces? Or, after the developmental period of the Vargas Era and the rearrangement among the regional elites promoted in this context, is it already configured as modernizing agent? The hypothesis is that there would have been no change in the profile of parliamentarians. As a methodology, we used the prosopographic analysis based on an empirical corpus composed of two senators and seven federal deputies. It is concluded that the hypothesis is only partially proven, because if the trajectories analyzed point to a great majority of agents with ancestry linked to local powers, on the other hand they reveal the presence of modernizing values.

Keywords: Modernization, Elite, Parliament, Ceará.

### OLIGARCAS Y MODERNIZADORES? ANÁLISIS PROSOPOGRÁFICO DE LA ELITE PARLAMENTARIA CEARENSE EN EL CONGRESO NACIONAL DE LOS AÑOS 40

### RESUMEN

---

<sup>1</sup> Uma versão inicial deste trabalho foi apresentada no GT Elites e formas de dominação, durante o 42o. Encontro Anual da Anpocs, e se beneficiou dos comentários feitos pelo debatedor Igor Grill. O autor agradece ainda as observações e sugestões dos/as pareceristas anônimos/as do periódico Raizes. A pesquisa que deu suporte a este artigo contou com a participação dos bolsistas de Iniciação Científica Reydon Gadelha Moreira (CNPq) e Charlyne Moraes (Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP).

<sup>2</sup> Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela UFBA, Professor dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e em Políticas Públicas da UECE, E-mail: [alexandrealmeydabarbalho@gmail.com](mailto:alexandrealmeydabarbalho@gmail.com).

Este artículo es el resultado de una investigación sobre las élites de Ceará, cómo se forman, circulan y se reclutan, basándose en el supuesto de que Ceará ha estado pasando por un proceso de modernización desde la década de 1950, impulsado por el desarrollo nacional que comienza esa década. Por lo tanto, surge la siguiente pregunta: ¿es la élite parlamentaria inmediatamente anterior a este período, elegida en 1945, todavía representativa de las fuerzas conservadoras? O, después de la era de Vargas y el reordenamiento entre las élites regionales promovidas en este contexto, ¿ya está configurado como un agente modernizador? La hipótesis es que no habría habido cambios en el perfil de los parlamentarios. Como metodología, se utilizó el análisis prosopográfico basado en un corpus empírico compuesto por dos senadores y siete diputados federales. Se concluye que la hipótesis está solo parcialmente probada, porque si las trayectorias analizadas apuntan a una gran mayoría de agentes con ascendencia vinculada a poderes locales, por otro lado revelan la presencia de valores modernizadores.

Palabras-clave: Modernización, Elite, Parlamento, Ceará.

## INTRODUÇÃO

O Ceará é um estado cujo território situa-se em sua quase totalidade no semiárido, de modo que sua ocupação durante o período colonial é tardia em comparação a outros estados da região, pois, na inexistência da zona da mata propícia ao plantio da cana-de açúcar, atraiu pouca atenção dos portugueses. Desse modo, só a partir de finais do século XVII, o território foi ocupado pelos colonizadores do sertão para o litoral, no passo da expansão da pecuária e da eliminação das populações nativas. Tratava-se de uma economia quase amonetária, onde as fazendas de gado, latifúndios que resultaram da conquista de terras indígenas, a despeito da resistência por parte de seus habitantes originários, constituíram a base social, econômica e política das famílias que disputavam os limites de suas propriedades (Menezes, 1995).

No início do século XIX, os latifúndios foram ocupados pelo segundo ciclo econômico do estado, o do algodão, que significou maior circulação de capital, pois era voltado para o mercado externo, principalmente inglês. Este novo contexto beneficiou a sede da província, Fortaleza, por ser o principal centro coletor e exportador do produto. Como decorrência, transformou-se no mais importante polo comercial e, a partir do final daquele século, industrial, com as primeiras indústrias têxteis e de óleos vegetais.

Desse quadro, se deduz o ambiente favorável para que no Ceará se desenvolvesse com intensidade o poder dos coronéis e de oligarquias conservadoras, em contraposição à parte das elites cafeeiras paulistas que vinha implementando, desde fins do século XIX, um processo modernizador. De fato, é o que se depreende de estudos consagrados sobre o poder e o mandonismo locais no Império e na Primeira República que destacam a atuação da oligarquia acciolina, o grupo político homogêneo e disciplinado que dominou a política cearense entre 1896 e 1912 (Faoro, 2001; Queiroz, 1976), bem como o prolongamento do poder de base rural, ainda que desenvolvendo estratégias de mando adaptadas ao espaço urbano, até os anos 1980 (Moraes, 2006).

No que se refere à São Paulo, por outro lado, Renato Perissinotto (1994), em sua pesquisa sobre as classes dominantes na Primeira República, demonstra como uma parcela dos cafeicultores do estado se decola de antigos padrões sócio-econômicos, próprios à “lavoura”, e passa a diversificar seus investimentos no comércio, no capital financeiro, na indústria e em empreendimentos estruturantes, como as ferrovias, configurando o que denomina de “grande capital cafeeiro” e que irá se consorciar com a burguesia industrial.

Este contexto cearense, marcado por elementos considerados tradicionais ou pré-modernos, passou por transformações profundas a partir dos anos 1950 que se relacionam tanto com o cenário internacional, em momento de pleno crescimento do capitalismo, quanto com o nacional, época de planejamento estatal e desenvolvimentismo nacionalista. Nesse período de expansão econômica e de atuação do Estado, em 1952, foi criado o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), uma instituição financeira voltada para o desenvolvimento regional, com sede em Fortaleza. Em 1959 surgiu a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), com sede em Recife, que faria, ao longo das décadas seguintes, uma atuação coordenada com o BNB.

O Ceará foi o terceiro estado que mais recebeu investimentos da SUDENE, atrás da Bahia e de Pernambuco. Os investimentos financeiros e técnicos oriundos do BNB e da SUDENE não alteraram radicalmente a matriz da industrialização cearense, que continuou baseada na transformação de produtos primários, mas a colocou em outro patamar de diversidade, bem como tecnológico e administrativo. Desta forma, o segundo surto industrial, pautado pela ótica do desenvolvimentismo, se diferenciou pela introdução de modernas técnicas de produção e gerenciamento, e a indústria cearense se integrou aos mercados regionais e nacionais com competitividade (Abul-El-Haj, 2002).

Quanto às elites políticas, os governos de Virgílio Távora (1963-66; 1979-82) tiveram como principal meta a industrialização e, para tanto, introduziram o planejamento na gestão pública estadual com os Planos de Metas Governamentais (PLAMEGs) (Carvalho, 2002; Parente, 2000). Outro momento fundamental foi o dos governos autodenominados de “mudancistas” que implementaram um novo ciclo político no estado, cujos valores permanecem hegemônicos até o presente momento, ainda que tenham ocorrido alterações nos grupos políticos dominantes. O núcleo inicial da “geração das mudanças” veio dos jovens empresários que, em 1978, assumiram a presidência do Centro Industrial Cearense (CIC). Desse grupo de agentes, duplês de empresários e políticos, surgiu a liderança de Tasso Jereissati, governador do estado por três vezes (1987-1991; 1995-1998; 1999-2002).

O presente artigo resulta de uma pesquisa sobre as elites cearenses a partir do pressuposto explicitado acima, qual seja, o de que o Ceará vem passando por um processo de modernização a partir dos anos 1950. Para fins deste trabalho, entende-se modernização, seguindo Norbert Lechner,

como “desenvolvimento da racionalidade instrumental”, com vistas a tornar previsíveis e sob controle os processos sociais e naturais. Neste sentido, diferencia-se e até mesmo tenciona-se o conceito de modernidade. Esta seria a “racionalidade normativa” que implica “autodeterminação política” e “autonomia moral” (Lechner, 1990, p. 73-74). Ou seja, trata-se de atualizar o estado com aquilo que é considerado como as modernas formas de gestão da economia, da política, da cultura e do social.

O artigo está dividido em duas seções, fora esta introdução, seguidas das considerações finais. Na próxima seção, são apresentadas as questões que guiaram a pesquisa, bem como a hipótese elaborada. Apresenta-se também a metodologia empregada e a delimitação do corpus empírico e sua justificativa. Na seção seguinte, analisa-se, a partir da prosopografia, os perfis dos dois senadores e sete deputados federais cearenses eleitos para a Constituinte de 1945.

## PROBLEMATIZAÇÃO E METODOLOGIA

Diante do contexto exposto na introdução, o interesse da investigação é perceber como se formam, circulam e são recrutadas essas elites modernizantes. Por elite entende-se, a partir do referencial bourdieusiano sobre a teoria dos campos (Bourdieu, 2013; 1989), aquele grupo que, dentro de cada campo e subcampo, detém a maior quantidade de capital e, portanto, de poder para estabelecer as normas, os valores e a hierarquia dominantes em cada um desses espaços sociais. Nesse sentido, é possível falar em elites (política, econômica, burocrática, intelectual) sem cair no problema do pluralismo elitista que fragmenta e autonomiza as relações de poder, posto que os campos são relacionais. Assim, por exemplo, a elite política não pode ser pensada como independente da elite econômica, mas também não se trata de subsumir uma à outra<sup>3</sup>.

Em outras palavras, a noção de campo possibilita lidar com as duas lógicas do poder, a estrutural e a estratégica. Recorrendo ao debate que Codato e Perissinotto promovem entre as teorias marxista e elitista, entende-se que a noção de campo permite compreender que, se “as elites agem num contexto estrutural que restringe suas ações/opções e redefine o sentido de suas estratégias a despeito de suas intenções iniciais e dos seus projetos”, elas também “fazem escolhas, traçam táticas, redefinem decisões, calculam o alcance de suas possibilidades de poder e, por conseguinte, afetam com isso a dinâmica real do mundo social e do mundo político” (Codato; Perissinotto, 2009, p. 151).

No recorte deste artigo, coloca-se a seguinte questão: se as mudanças ocorrem a partir dos anos 1950, as elites parlamentares<sup>4</sup> imediatamente anteriores a esse período, ou seja, as que foram

---

<sup>3</sup> Bourdieu não utilizou o conceito de elite, mas isso não impediu que seu constructo teórico fosse aplicado para os estudos sobre o tema. A esse respeito, ver Genieys (2006).

<sup>4</sup> A escolha pelas elites parlamentares se justifica quando se tem em perspectiva que, como defende Ann-Christina L. Knudsen, “l'étude des modes de recrutement et des profils de carrière des parlementaires est donc une clé pour

eleitas nos processos eleitorais de 1945 e 1947, ainda são oriundas ou representantes das forças conservadoras? Ou, após o período inaugural do desenvolvimentismo durante a Era Vargas (1930-45) e do rearranjo entre as elites regionais promovido neste contexto, as elites parlamentares já se configuram como agentes modernizadores?

A hipótese é de que não haveria uma mudança no perfil dos parlamentares estaduais e federais, mantendo-se o padrão de agentes oriundos de cidades interioranas, filhos ou parentes de chefes políticos locais (coronéis) ou estaduais (oligarcas)<sup>5</sup>, com atividades ligadas à agropecuária e ao comércio, ainda que com formação superior (medicina ou direito), cujo título é entendido mais como elemento de distinção e instrumento para capitalização social e política do que como via de acesso ao exercício de uma profissão liberal.

Essa hipótese se opõe àquela elaborada por Codato, a partir do universo empírico das elites parlamentares paulistas, segundo a qual, entre 1930 e 1950, teria ocorrido uma renovação ampla (geracional, social, econômica e ideológica) das elites políticas brasileiras, inclusive com o recrutamento de alguns membros oriundos das camadas médias (profissionais liberais), e uma profissionalização do pessoal político. Esta transformação teria sido induzida pelo governo Vargas, em particular durante o Estado Novo, com o intuito de “afastar a ideia de uma progressão regular marcada pela profissionalização desinteressada das práticas e pela racionalização abstrata da organização estatal no curso do período ditatorial” (Codato, 2008, p. 90).

Ora, o argumento que fundamenta a hipótese deste artigo é o de que, por ser o Ceará um estado de economia débil, fortemente rural, portanto propício à atuação do poder local de feição coronelista, o contexto explorado por Codato em São Paulo não corresponderia à realidade cearense. Afinal, segundo defende Cesar Barreira (1996), as “fortes marcas oligárquicas” implementadas pelos grupos coronelistas (relações clientelistas, partenalistas e de dependência) são uma singularidade da política cearense, transformando-a mesmo em “caso paradigmático”.

---

comprendre comment les élites politiques se constituent et comment la ‘nature’ du politique change avec le temps” (Knudsen, 2012, p. 85).

<sup>5</sup> Adota-se aqui a compreensão estabelecida pela literatura, inclusive pela contemporânea (Viscardi, 2016), do modo como se operava a cadeia de poder vigente durante a Primeira República, ou seja, na articulação entre os coroneis que atuavam nos municípios, os oligarcas de atuação estadual e aqueles cuja esfera de ação era nacional. Sabe-se que não há uma definição consensual de “oligarquia” e seus termos correlatos. Para fins deste artigo, segue-se a discussão de Wanderley Guilherme dos Santos sobre o sistema oligárquico da Primeira República, onde conceitualiza este tipo sistema como uma variante autônoma do ramo representativo, onde o governo está nas mãos de uns poucos, aqueles que respondem às “qualificações impostas aos membros da sociedade para que usufruam os direitos subscritos” (Santos, 2013, p. 25). Nas sociedades políticas oligárquicas, por “cada membro possuir igual capacidade de retaliação e violência dos demais, o processo decisório se rege pelo princípio do mínimo divisor comum, aquele que reduz as divergências ao máximo que elas podem assumir para que o sistema continue a funcionar” (Santos, 2013, p. 27). Esta compreensão converge com a observação de Christian Lynch de que “o âmbito da república defendida pelo republicanismo hegemônico no início da década de 1890 era bastante restrito: um espaço público restrito aos proprietários de terras, aos profissionais liberais e aos altos funcionários do Estado” (Lynch, 2011, p. 318). Ao longo da Primeira República, reforça o autor, a despeito dos dissensos intra-elites, “um consenso atravessava o espectro político: aquele atinente à necessidade de se produzirem governos de excelência, qualidade elitista por excelência, que só poderia ser assegurada pela circunscrição da participação política relevante àqueles dotados de ilustração” (Lynch, 2011, p. 320).

Como assinala Josênio Parente, o poder político das elites cearenses, pelo menos na Primeira República, baseava-se “no controle do voto de uma população dependente, situada sobretudo no meio rural” (Parente, 2000, p. 58). Uma situação que vinha desde o Império, quando, como situa Maria do Carmo Araújo (1994), os chefes políticos da província apoiavam-se na propriedade rural e em uma extensa parentela, cada um procurando manter o domínio em sua localidade.

Como exposto na introdução, tratava-se de uma economia agropastoril e uma sociedade patriarcal que sofria a intempérie de secas recorrentes, situação que fragilizava suas elites políticas e econômicas, sempre sob a ameaça da desestabilização. Para lidar com essa realidade, uma saída era a construção constante de pactos intra-elite e o fortalecimento do papel do Estado, fonte dos recursos apropriados de forma patrimonialista.

A permanência dessas características (patriarcalismo, mandonismo, ruralismo), com as devidas adaptações, atravessa o governo Vargas, a Terceira República e alcança o Regime Militar, pelo menos em alguns setores dessa elite. Irllys Barreira (1994) afirma que a insipiente urbanização do sertão cearense não eliminou tais práticas, pois o coronelismo de base rural e urbana se corporificou como uma forma tradicional de mando político. Exemplar é o caso da família Bezerra, cujo patriarca era proprietário rural e seus descendentes, a despeito de diversificarem e modernizarem os negócios familiares, incluindo investimentos na indústria e no setor financeiro, cresceram na política municipal e posteriormente estadual, sempre com esteio da rede de fidelidade construída à base de relações clintelistas em sua região natal, o Cariri (Lemenhe, 1996).

Por conta do limite de espaço, para este artigo foram analisadas as trajetórias dos deputados federais eleitos em 1945 e, dentre eles, os que foram eleitos pelo menos mais uma vez posteriormente (seja para deputado federal, estadual ou senador), e os senadores. Partiu-se do pressuposto de que um senador ocupa um cargo que por si só o coloca na condição de elite parlamentar. Por sua vez, o deputado federal que não se elegeu mais para qualquer cargo proporcional de âmbito estadual ou nacional, mesmo que tenha sido eleito governador ou prefeito, também não foi considerado como integrante da elite parlamentar. Sua trajetória será abordada quando a pesquisa focar o poder executivo. Desse modo, foram considerados os parlamentares potencialmente mais influentes, portanto a elite cearense no poder legislativo brasileiro<sup>6</sup>. Isso não implica afirmar que os deputados eleitos somente uma vez não façam parte da elite política

---

<sup>6</sup> É importante ressaltar que se está abordando a elite parlamentar cearense dentre os representantes do estado no Congresso Nacional e não os possíveis congressistas cearenses integrantes da elite parlamentar brasileira, entendida esta, segundo Débora Messenberg, como o grupo seletivo de congressistas que se destacam dos demais, “en función de las posiciones que ocupan, de los intereses que representan, y/o de la reputación alcanzada”. Ou seja, são “los parlamentaristas que, disponiendo de determinados recursos de poder, ejercen influencia terminante en las principales decisiones del Congreso Nacional y del Estado, interfiriendo de manera decisiva en los rumbos de la sociedad” (Messenberg, 2013, p. 823).

cearense, principalmente durante o exercício de seu mandato, e sim que não constituem a elite parlamentar do estado.

Esse recorte justifica-se quando se leva em consideração a alta circularidade dos integrantes do poder legislativo no âmbito federal a partir de 1945 – em torno de 50% entre 1946 e 1998, tal como constatou André Marengo dos Santos (2000) – e onde prepondera o recrutamento lateral, ou seja, candidatos que não foram “curtidos” anteriormente na vivência do campo político. Segundo o autor, nas eleições de 1946, que retoma o ciclo multipartidário após o período autoritário do Estado Novo, 3/4 dos eleitos eram novatos no poder Legislativo.

No caso cearense, esta descontinuidade e a conseqüente alta circularidade são identificadas já no período do Império. George Menezes, baseado na pesquisa de Maria Paiava sobre a elite política do Ceará provincial, informa que o índice de recrutamento para deputado provincial estava em torno de 50% e que aumentava para 75% no caso de deputado geral. Esta circulação “para dentro e para fora” da elite parlamentar indica tanto uma certa renovação política, quanto atritos entre os grupos dominantes. Assim, incorporando “novos sujeitos”, o sistema político cearense garantia a sua sobrevivência, permitindo que “novas demandas sociais fossem representadas e assimiladas lentamente, que suas características restritivas permanecessem, e que o perigo de uma mudança radical fosse afastado” (Menezes, 2006, p. 44).

Para analisar o *corpus* empírico constituído por dois senadores e sete deputados federais, baseou-se na prosopografia, entendida como técnica de investigação adequada ao estudo de um determinado coletivo de agentes a partir de questões padronizadas, com vistas a estabelecer correlações entre as trajetórias pesquisadas por meio de análise prosopográfica (Seidel; Grill, 2013; Stone, 2011). Dessa forma, a partir de notas biográficas, recolhidas principalmente do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro elaborado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, se construiu dois quadros prosopográficos, em anexo ao texto, com informações sobre: nome; local e data de nascimento; ascendência familiar; atuação profissional até o momento da eleição; partido; atuação política anterior; obra intelectual: Quadro Prosopográfico I: Senadores cearenses eleitos em 1945 e Quadro Prosopográfico II: deputados federais cearenses eleitos em 1945.

## OS PERFIS DA ELITE PARLAMENTAR CEARENSE NA CONSTITUINTE DE 1946

Nas eleições constituintes de 1945, o Ceará elegeu dois senadores e dezessete deputados federais. O partido que saiu vitorioso foi a UDN, que se coligou com o PPS e teve apoio do PCB, elegendo 10 deputados, ou seja 55% da bancada, e um dos dois senadores (o PPS elegeu 2 deputados e o segundo senador). Uma performance que se destaca no contexto nacional diante da

vitória avassaladora que o PSD teve naquelas eleições, quando conquistou 151 cadeiras de um total de 286 (o total da UDN foi de 77 deputados).

Como apontam os estudos de Maria Victoria Benevides (1981) sobre a UDN, e Lucia Hippolito (1985) sobre o PSD, não há diferenças de fundo entre os dois partidos, pois ambos eram ligados aos poderes rurais, de onde recrutavam parte de suas lideranças. A maior diferença diz respeito ao fato do PSD, sendo um dos herdeiros do legado de Vargas, ao lado do PTB, e tendo sido criado por iniciativa dos interventores, atraiu parte considerável da burocracia estatal que se expandiu no período varguista (Hippolito, 1985). A UDN, por sua vez, se constituiu como a principal oposição àquele político e agregou os dissidentes da revolução de 1930 e setores liberais da classe média (Benevides, 1981). Organizandose inicialmente como uma frente ampla, que incluía inclusive parte da esquerda, a UDN teve como um de seus principais líderes nacionais Juarez Távora, e, no Ceará, Fernandes Távora, eleito um dos deputados em 1946<sup>7</sup>. É a essa presença dos Távora que se deve creditar, em boa parte, o sucesso do partido no estado.

Como foi dito, um dos senadores eleitos era da UDN. Trata-se de Plínio Pompeu Saboia Magalhães, sobrinho-neto do Visconde Saboia, médico do Imperador, e sobrinho-bisneto de Tomás Pompeu de Sousa Brasil, senador e personagem de destaque da política cearense na época do Império. Formado em Engenharia pela Escola Politécnica da Bahia, um dos principais centros de formação superior do país, exerceu diversas funções técnicas em São Paulo e no Ceará, antes de entrar para a política: trabalhou na Inspetoria de Obras Contra as Secas, no Abastecimento de Água de Campinas e de São Paulo, na Estrada de Ferro Sorocabana, na rodovia Mogi das Cruzes - Rio Claro, entre outras atividades. Participou como engenheiro da gestão de José Américo de Almeida no Ministério de Viação e Obras Públicas. Foi deputado federal (1935-1937) e prefeito de Fortaleza (1937) quando atuava na Ação Integralista Brasileira. Era membro da Associação dos Engenheiros do Ceará criada em Fortaleza, em 1946.

O segundo senador, Olavo de Oliveira, eleito pelo Partido Popular Sindicalista (PPS), tem perfil convergente com o de Pompeu Magalhães. Apesar de não descender de família aristocrática, seu pai foi comerciante, jornalista, fundador dos jornais *Iracema*, *A luz* e *O tempo* e deputado estadual pelo Partido Conservador, do qual foi presidente. Fez direito na Faculdade de Recife e, tendo se bacharelado em 1916, ganhou uma viagem à Europa como prêmio por seu desempenho no curso. De volta ao Ceará, tornou-se promotor de justiça em Granja, sua cidade natal, e depois em Fortaleza. Em 1919, assumiu uma cátedra na Faculdade de Direito de Fortaleza, com a tese *Concurso de Delito e ação Penal, suas Modalidades* (Girão, 1992; Nobre, 1996). Foi eleito deputado estadual em 1925, pelo Partido Republicano Conservador, e deputado federal em 1934,

---

<sup>7</sup> O candidato da UDN à Presidência, Eduardo Gomes, ganhou as eleições no Ceará, um dos quatro estados onde isso ocorreu – os outros foram Piauí, Paraíba e Distrito Federal.



pela Liga Eleitoral Católica, da qual era um dos líderes. Foi um dos fundadores e primeiro vice-presidente do PPS, junto com José Marrey Júnior e Miguel Reale, entre outros, partido que teve como bases eleitorais o Ceará, o Pará e a Bahia. Em 1945, fundou o jornal *O democrata*, que seria vendido pouco tempo depois para o Partido Comunista Brasileiro (PCB), partido que apoiou a candidatura de Oliveira ao Senado (Lima Neto, 2006). Oliveira integrou a Comissão de Constituição e Justiça do Senado e é autor de livros jurídicos, com destaque para a área criminal, sendo considerado um dos principais juristas do Ceará.

Como se observa, ambos os senadores são descendentes de famílias envolvidas com a política, mas que não podem ser definidas como oligarquias agrárias. Até mesmo a família Pompeu, de cunho tradicional, tem vínculos antes com as profissões liberais (médicos, advogados e engenheiros) e as carreiras militar e burocrática do que com a propriedade rural (Girão, 1975). Por sua vez, tanto Pompeu quanto Oliveira atuaram em suas áreas de formação, um como engenheiro e outro como advogado e promotor, sendo que o segundo agregou profissões afins à sua formação jurídica, a de jornalista e a de professor.

Outro dado importante é que nenhum deles teve uma entrada lateral no Senado, ou seja, sem passar por um processo de profissionalização na política, tendo assumido cargos tanto no legislativo, quanto no executivo – processo este que não é exclusivo da Terceira República, uma vez que também foi observado por Perissinotto, Massimo e Costa (2017) em sua análise sobre a trajetória dos senadores na Primeira República.

No caso dos deputados federais, sete viriam a ser eleitos novamente, compondo, como explicitado na discussão metodológica, o *corpus* deste artigo.

Deputado eleito pela UDN, da qual colaborou na fundação e integrou a comissão executiva regional, Antônio Alencar de Araripe formou-se na Faculdade de Direito do Ceará. Descendia de família tradicional na política e nas artes, os Alencar Araripe, que esteve envolvida com os principais acontecimentos políticos que ocorreram no Ceará no século XIX (Jaguaribe, 1940). Começou a atuar como advogado ainda estudante em comarcas no interior do estado e em Fortaleza. Foi prefeito da cidade do Crato (1930-35). Publicou quase duas dezenas de obras, basicamente de cunho jurídico, e atuou como jornalista, tendo fundado, em 1931, o periódico *O Cariri*, além de ter escrito para revistas especializadas em Direito.

Deputado eleito pelo PSD, Crisanto Moreira da Rocha nasceu em Fortaleza, filho de Manoel Moreira da Rocha, médico, um dos fundadores do Centro Médico Cearense que congregava a elite médica do estado (Gadelha, 2012). Ajudou a fundar o Partido Democrático no Ceará e foi deputado federal entre 1912-1923 e 1927-1930. Seus irmãos Péricles Moreira da Rocha e Acrísio Moreira da Rocha fizeram carreira política, tendo sido o primeiro deputado estadual e o segundo interventor do Ceará e prefeito nomeado de Fortaleza. Formou-se em Medicina pela Universidade do Rio de

Janeiro. Atuou como médico no Instituto Benjamin Constant e fez parte do Ministério da Educação e Saúde. Dirigiu a Policlínica de Copacabana e trabalhou como químico no Serviço de Fiscalização do Leite em Fortaleza e no Rio de Janeiro. Dirigiu o jornal *Folha do Povo*, de Fortaleza, e publicou diversos artigos sobre medicina e política.

Francisco de Almeida Monte, deputado pelo PSD, era filho de juiz e cursou apenas o primário em Sobral, sua cidade natal, onde se dedicou às atividades agropecuárias. Em 1921, foi vereador e, em 1934, deputado da Assembléia Constituinte do Ceará. Conhecido como “coronel” Chico Monte, foi um dos principais líderes da região norte do estado, controlando a política local desde a década de vinte (Rocha, 2017).

Deputado da UDN, Gentil Barreira bacharelou-se em Direito, em 1918, pela Faculdade de Direito do Ceará. Promotor público em várias cidades do interior cearense, foi deputado estadual de 1928 a 1930. Participou do quadro de advogados que criaram a OAB-CE em janeiro de 1933. Foi prefeito das cidades de Camocim (1930-1935) e Fortaleza (1935), e deputado estadual entre 1935 e 1937.

Leão Sampaio, deputado eleito pela UDN com apoio de padre Cícero, era filho do comerciante José de Sá Barreto (Zuca) Sampaio, radicado na cidade de Barbalha. Em 1916, ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia, completando seu curso em 1921, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Ainda acadêmico, trabalhou durante um ano como auxiliar da Assistência Pública na capital federal. Voltando ao Ceará, passou a exercer a medicina em Fortaleza. Participou da campanha da Aliança Liberal e colaborou na fundação do PSD do Ceará. Logo em seguida, porém, ligou-se à Liga Eleitoral Católica (LEC). Atuando no Círculo Operário de Barbalha, junto com seu irmão, Pio Sampaio, também político, buscou cristianizar os setores operários e desenvolver o município natal (Silva, 2009). Em 1933, elegeu-se, pela LEC, deputado na Assembléia Nacional Constituinte. Participou ativamente de diversas instituições classistas como, por exemplo, o Centro Médico e o Centro D. Vital de Cultura Católica, ambos em Fortaleza.

Manuel do Nascimento Fernandes Távora foi eleito deputado pela UDN. Os Távora eram opositores da oligarquia Acioly e participaram ativamente dos movimentos políticos que vinham desde o tenentismo, em 1922, com destaque para Juarez, um dos líderes da Revolução de 1930 e ministro da Viação (1930) e da Agricultura (1932-1934). Graduou-se em Medicina e em Farmácia no Rio de Janeiro e clinicou na região amazônica e no Ceará, tendo presidido o Centro Médico Cearense. Em 1913 e em 1918, foi eleito deputado estadual pelo Partido Democrático Cearense. De 1920 a 1925, foi diretor e redator-chefe do jornal *A Tribuna*, órgão de oposição à Artur Bernardes. Em 1930, no curso do movimento revolucionário assumiu de forma provisória o governo do estado e foi nomeado interventor em novembro do mesmo ano. Em 1933, foi eleito pelo PSD e escolhido

líder da bancada cearense. Quando da organização da UDN em 1945, participou da primeira reunião e foi escolhido membro da comissão de estudos de saúde pública.

Paulo Sarasate Ferreira Lopes, deputado pela UDN, era filho do maestro Henrique Jorge Ferreira Lopes e, em 1930, bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Ceará. Foi inspetor federal de ensino, procurador da Junta de Sanções do Ceará e membro da Ordem dos Advogados e da Associação Cearense de Imprensa. Juntamente com Demócrito Rocha, fundou o jornal *O Povo*. Participou, em fins dos anos 1920, junto com Rachel de Queiroz e Jáder de Carvalho, entre outros intelectuais, do movimento literário cearense de cunho regional-modernista reunido em torno da revista Maracajá. Foi eleito, em 1935, deputado da Assembléia Constituinte Estadual.

Quando se analisa o Quadro Prosopográfico II, elaborado a partir das informações extraídas das breves biografias descritas acima, observa-se que, a despeito da maioria dos deputados (05) ter nascido no interior, quase todos tiveram formação superior (06), seja em Fortaleza, para os que optaram pela carreira jurídica (03), ou no Rio de Janeiro, para os que seguiram a medicina (03), e apenas dois vão exercer suas atividades profissionais e políticas exclusivamente nas cidades interioranas de origem. É preciso ressaltar, no entanto, que, nestes casos, trata-se de importantes núcleos urbanos do estado: Sobral (Francisco Monte) e Crato (Antônio de Alencar Araripe).

No que se refere à trajetória profissional, todos atuaram nas áreas de sua formação acadêmica (médicos, advogados ou funcionários públicos na carreira do judiciário ou da saúde), mas a maioria agregou a essas atividades outras que ampliaram seus espaços de atuação profissional, notadamente como jornalistas e professores. A isso, soma-se, no caso de três dos analisados, uma produção simbólica (livros, artigos, conferências e etc) e o reconhecimento na esfera intelectual – esta característica da biografia dos agentes em análise é particularmente interessante pois, como revelam os trabalhos de Igor Grill e Eliana Reis, trata-se de um tipo de notabilidade (a intelectual) recorrente entre os parlamentares brasileiros pós-1945, e sinaliza, para quem a possui, a “habilidade de interpretar, formular, elaborar explicações sobre o social” (Grill; Reis, 2017, p. 152).

Por fim, é importante destacar o processo de profissionalização política pelo qual passou a maioria deles. Com as exceções de Crisanto Moreira Rocha e Leão Sampaio, que iniciaram suas carreiras como deputados federais, o primeiro em 1945 e o segundo em 1933, o restante passou por diversos cargos tanto no executivo, como prefeitos, como no legislativo, eleitos vereadores e/ou deputados estaduais. Isto significa, como sugere Gordon Black (1970), que estes deputados assimilaram os valores vigentes na profissão “política” e guiaram seus desejos e motivações buscando alcançar o sucesso nesse campo, e não para serem mero porta-vozes ou avatares de oligarcas rurais ou de outro tipo de agente externo à política.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando o pressuposto que fundamenta esta pesquisa, ou seja, o de que o Ceará vem passando por um processo de modernização a partir dos anos 1950, e a questão geradora deste artigo – a elite parlamentar eleita no processo eleitoral de 1945 ainda representa as forças conservadoras ou já se configura como agentes modernizadores –, bem como a hipótese de que o perfil dos parlamentares estudados corresponderia àquele conservador, o que se depreende da prosopografia feita dos agentes é que a hipótese se justifica apenas em parte.

É certo que as trajetórias dos dois senadores e dos sete deputados federais que compuserem o *corpus* analisado apontam para uma grande maioria de agentes com ascendência ligada aos poderes locais, o que auxiliou na conformação de seus próprios recursos e competências econômicos, sociais, políticos e culturais, e que já vinham de uma carreira política anterior, ainda que, na maioria dos casos, forjada no ambiente varguista.

Contudo, também se verificou que a mesma maioria, portadora do título de bacharel em direito, medicina ou engenharia<sup>8</sup>, atuou profissionalmente na área, ou seja, como profissionais liberais, e, muitas vezes, também como intelectuais – jornalistas e/ou produtores de obras acadêmicas e/ou literárias. Neste sentido, afastam-se, uns mais, outros menos, do papel de meros representantes dos poderes tradicionais, tendo assumido valores dos setores médios e urbanos com os quais conviviam ou mesmo faziam parte, valores estes que, em grande parte, eram os de modernização, ainda que não propusessem necessariamente um rompimento com a lógica oligárquica da política local e nacional (Saes, 1975).

Retomando a análise de Garcia Júnior (2007) sobre a trajetória de Juarez Távora, pode-se afirmar que a estratégia comum aos deputados analisados, da mesma forma que ocorreu com os Távora, foi a reconversão de uma série de recursos (sociais, políticos e econômicos) de uma história familiar patriarcal e ligada à terra, mas sempre ameaçada em suas posses pelas intempéries da seca, para uma formação superior e uma carreira profissional liberal ou ligada ao estado, trunfos posteriormente investidos na carreira política. Como exceção que confirma a regra, apenas um dos agentes, Francisco de Almeida Monte, correspondeu ao perfil do político típico da Primeira

---

<sup>8</sup> Considerando que apenas o senador Plínio Pompeu Saboia Magalhães era engenheiro e a maioria era bacharel em direito ou em medicina, a correlação aponta para um contexto onde não prevalece a nova ordem burocrática perseguida pelo governo Vargas que tinha na engenharia o saber privilegiado por sua racionalidade e aplicabilidade (Barbosa; Barbosa, 2010). Contudo, não se deve desprezar o papel dos médicos na modernização conservadora iniciada na Primeira República, inclusive no Nordeste (Castro Santos, 1998), nem simplificar o papel dos bacharéis em direito como meros membros e/ou representantes da oligarquia, pois, desde o Império, procurou constituir-se como uma “profissão”, inclusive como burocratas (Bonelli, 1999).

República: grande proprietário rural, sem formação superior, com atuação marcada pelo clientelismo, sendo, por isso, classificado por seus conterrâneos e contemporâneos como “coronel”, qualificação que não foi empregada em nenhum dos outros agentes.

Ou seja, diante de um novo contexto estrutural que surge depois de quinze anos de governo Vargas, a elite parlamentar cearense teve que agir de acordo com as opções possíveis dadas pelo campo político local e nacional, redefinindo suas estratégias e reconvertendo seus recursos. Os resultados também validam parcialmente para o caso cearense as afirmações que Codato (2008) faz em relação à realidade da elite paulista. Também no Ceará ocorreu, entre 1930 e 1950, uma renovação social e econômica das elites políticas do estado, com recrutamento de profissionais liberais e profissionalização na carreira política.

A análise sinaliza, portanto, para 1. uma situação complexa que dispensa categorizações pouco flexíveis e 2. a presença de valores modernizantes, antes mesmo daqueles marcos temporais estabelecidos pela pesquisa, ou seja, os anos 1950. Este dado coloca novas questões ao desenvolvimento da pesquisa, a começar pela comparação com a elite dos deputados estaduais eleitos em 1947, próximo passo a ser executado: a elite parlamentar estadual reproduz o mesmo padrão dos deputados federais ou revela maior proximidade e dependência dos poderes agrários?

## REFERÊNCIAS

- ABUL-EL-HAJ, Jawdat. Classe, poder e administração pública no Ceará. In: PARENTE, J., ARRUDA, J. M. (Org.). *A era Jereissati*. Modernidade e mito. Fortaleza: Fund. Demócrito Rocha, 2002. p. 83-106.
- ANDRADE, João. A oligarquia acciolina e a política dos governadores. In: SOUZA, Simone de. (Org.). *História do Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994. p. 213-234.
- ARAÚJO, Maria do Carmo. O poder local no Ceará. In: SOUZA, Simone de (Org.). *História do Ceará*. Fortaleza: Fund. Demócrito Rocha, 1994. p. 105-120.
- BARBOSA, Daniel; BARBOSA, Lidiany. Elites técnicas, Estado e desenvolvimento regional em Minas Gerais na era Vargas. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 23, n. 58, p. 111-128, Jan./Abr. 2010.
- BARREIRA, César. Os pactos na política cearense: passado e presente. *Rev. Inst. Est. Bras.*, n. 40, p. 31-49, 1996. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i40p31-49>
- BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Modernização política e questão social - diagramas do poder local. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 7, n. 20, p. 55-73, 1994. DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/ccrh.v7i20.18788>
- BENEVIDES, Maria Victoria. A União Democrática Nacional. In: FLEISCHER, D. (Org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UnB, 1981. pp. 90-108.
- BLACK, Gordon. A Theory of Professionalization in Politics. *American Political Science Review*, v. 64, n. 3, p. 865-878, 1970. DOI: <https://doi.org/10.2307/1953468>
- BONELLI, Maria da Gloria. O Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros e o Estado: a profissionalização no Brasil e os limites dos modelos centrados no mercado. *Rev. bras. Ci. Soc.*,

- São Paulo, vol.14, n.39, p. 61-81, 1999. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091999000100004>
- BOURDIEU, Pierre. Séminaires sur le concept de champ, 1972-1975. *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, v. 5 n° 200, p. 4-37, 2013. DOI: <https://doi.org/10.3917/arss.200.0004>
- \_\_\_\_\_. A gênese dos conceitos de *habitus* e campo. In: *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989. p. 59-74.
- BRAGA, Sérgio. *Quem foi quem na Assembléia Constituinte de 1946*. Um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946 Vol. I. Brasília: Câmara dos Deputados, 1998.
- CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly de. Virgílio, Adauto e César Cals: a política como arte da chefia. In: PARENTE, J., ARRUDA, J. M. (Org.). *A era Jereissati*. Modernidade e mito. Fortaleza: Fund. Demócrito Rocha, 2002. p. 09-34.
- CASTRO SANTOS, Luiz A. de. As Origens da Reforma Sanitária e da Modernização Conservadora na Bahia durante a Primeira República. *Dados*, Rio de Janeiro, v.41, n.3, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0011-52581998000300004>
- CODATO, Adriano. A formação do campo político profissional no Brasil:<sup>[1]</sup>uma hipótese a partir do caso de São Paulo. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 89-105, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782008000100007>.
- \_\_\_\_\_; PERISSINOTTO, Renato. Marxismo e elitismo. Dois modelos antagônicos de análise social? *RBCS*, São Paulo, v. 24 n. 71, p. 143-195, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092009000300010>
- \_\_\_\_\_; MASSIMO, Lucas; COSTA, Luiz Domingos. Social positions and political recruitment. A study of Brazilian senators. *Tempo Social*, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 111-135, 2017. DOI: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.125879>
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. São Paulo: Globo, 2001.
- \_\_\_\_\_. A questão nacional: a modernização. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 6, n. , p. 07-22, 1992. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141992000100002>
- GADELHA, Georgina. *Sob o signo da distinção:<sup>[1]</sup>formação e atuação da elite médica cearense (1913-1948)*. Rio de Janeiro, 2012. 346f. Tese. (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz-FIOCRUZ, 2012.
- GARCIA JÚNIOR, Afrânio. Os Vice-Reis do Norte: reconversão de elites agrárias e a Revolução de 1930 (1920-1964). *Revista de Ciência Sociais*, Fortaleza, n. 38, v.2, p. 73-87, 2007.
- GENIEYS, William. Nouveaux regards sur les élites du politique. *Revue française de science politique*, v. 56, p. 121-147, 2006. DOI: <https://doi.org/10.3917/rfsp.561.0121>
- GIRÃO, Raimundo. Os Pompeu, família ilustre. *Revista da Academia Cearense de Letras*, p. 61-73, 1975.
- GRILL, Igor; REIS, Eliana. Estudos de elites políticas e as bases das multinotabilidades no Brasil. *Tempo Social*, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 137-159, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.125888>
- JAGUARIBE, João Nogueira. Alencares de sangue e afins. *Revista do Instituto do Ceará*, p. 99-118, 1940.
- HIPPOLITO, Lucia. *PSD de raposas e reformistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- KNUDSEN, Ann-Christina L. Knudsen. Modes de recrutement et de circulation des premiers membres britanniques et danois du Parlement européen. *Cultures & Conflits*, Paris, n. 85/86, p. 61-79, 2012. DOI: <https://doi.org/10.4000/conflits.18329>

LECHNER, Norbert. A modernidade e a modernização são compatíveis? O desafio da democracia latino-americana. *Lua Nova*, São Paulo, n. 21, p. 73-86, 1990. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451990000100005>

LEMENHE, Auxiliadora. *Família, tradição e poder*. O(caso) dos coronéis. São Paulo: AnnaBlume, 1996.

LIMA NETO, Idelfonso. *Escrita subversiva. O Democrata, 1946-1947*. Fortaleza, 2006. 283f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, 2006.

LIRA NETO. *Getúlio. 1945-1954*. Da volta pela consagração popular ao suicídio. São Paulo: Cia das Letras, 2014.

LYNCH, Christian Edward Cyril. O momento oligárquico: a construção institucional da república brasileira (1870-1891). *Historia Constitucional*, Oviedo, n. 12, p. 297-325, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.17811/hc.v0i12.304>.

MENEZES, George. *Lutas políticas e crise social: a elite política cearense na década de 1870*. Fortaleza, 2006. 193f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Ceará, 2006.

MENEZES, Djacir. *O outro Nordeste*. Ensaio sobre a evolução social e política do Nordeste da “civilização do couro”. Fortaleza: UFC, 1995.

MESSEMBERG, Débora. Producción legislativa y representaciones políticas de la élite parlamentaria brasileira. *Estudios sociológicos*, Cidade do México, v. 31, n. 93, p. 823-864, 2013.

MORAES, Filomeno. Partidos, eleições e política no Ceará. In: SOUZA, Celina; DANTAS NETO, Fábio (Org.). *Governo, políticas públicas e elites políticas nos estados brasileiros*. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

PARENTE, Josênio. *A fé e a razão na política*. Conservadorismo e modernidade das elites cearenses. Fortaleza, UFC, 2000.

PERISSINOTO, RENATO. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: UNICAMP, 1994.

\_\_\_\_\_; MASSIMO, Lucas; COSTA, Luiz Domingos. Oligarquia Competitiva e Profissionalização Política: O Caso dos Senadores Brasileiros na Primeira República (1889-1934). *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 60, nº 1, p. 79-110, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/001152582017115>

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. S. Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1976.

ROCHA, Thiago. “De quem é Sobral?”: as práticas letradas, as tensões políticas e a luta pela temporalidade na igreja Católica (1945-1953). Fortaleza, 2017. 204f. Dissertação. (Mestrado em História e Culturas) - Universidade Estadual do Ceará, 2017.

SAES, Décio. *Classe média e política na Primeira República Brasileira (1889-1930)*. Petrópolis: Vozes, 1975.

SANTOS, André Marengo dos. *Não se fazem mais oligarquias como antigamente*. Recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros [1946-1998]. Porto Alegre, 2000. 257f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

SANTOS, Wanderley Guilherme<sup>[SEP]</sup> dos. O Sistema Oligárquico Representativo da Primeira República. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1, p. 09-37, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582013000100002>.

SEIDEL, Ernesto; GRILL, Igor. A política como objeto de estudo das Ciências Sociais. In: \_\_\_\_\_ (org) *As Ciências Sociais e os espaços da política no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

SILVA, Josier. *O Círculo Operário de Barbalha como expressão do catolicismo social na educação e na cultura (1930-1964)*. Fortaleza, 2009. 363f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, 2009.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782011000200009>.

VISCARDI, Cláudia. O Federalismo como Experiência: Campos Sales e as Tentativas de Estabilização da República. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 59, n. 4, p. 1169-1206, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/001152582016110>.



Quadro Prosopográfico I: Senadores cearenses eleitos em 1945

NOME	LOCAL E DATA DE NASCIMENTO	ASCENDÊNCIA FAMILIAR	FORMAÇÃO	ATUAÇÃO PROFISSIONAL ATÉ A ELEIÇÃO	PARTIDO	ATUAÇÃO POLÍTICA ANTERIOR	OBRA
Olavo de Oliveira	Granja / 1893	Filho de deputado estadual pelo Partido Conservador	Bacharel pela Faculdade de Direito de Recife (1916)	Promotor de Justiça / Professor da Faculdade de Direito / Jornalista	PPS	Deputado estadual / deputado federal	Estudos jurídicos: <i>Alegações da justiça, Concurso de delitos, Ação penal e suas modalidades, Pela união nacional, Um caso inédito de responsabilidade criminal, A tragédia de Aracape, Inverificação de peculato e O júri na Terceira República</i>
Plínio Pompeu Saboia Magalhães	Sobral / 1892	Sobrinho-neto do Visconde Saboia / Sobrinho-bisneto de Tomás Pompeu de Sousa Brasil	Engenharia - Escola PC técnica da Bahia (1914)	Inspetoria de Secas / Abastecimento de Água de Campinas (SP) e São Paulo / Estrada de Ferro Sorocabana (SP) / Dirigiu obras públicas no Ceará	UDN	Deputado federal (PSD) / Prefeito de Fortaleza	

Fonte: CPDOC. Elaboração do autor.

Quadro Prosopográfico II: deputados federais cearenses eleitos em 1945

NOME	LOCAL E DATA DE NASCIMENTO	ASCENDÊNCIA FAMILIAR	FORMAÇÃO	ATUAÇÃO PROFISSIONAL ATÉ O MOMENTO DA ELEIÇÃO	PARTIDO	ATUAÇÃO POLÍTICA ANTERIOR	OBRA
1. Antônio Alencar Araripe	Pereiro / 1897	Família com presença na política cearense desde o Império	Bacharel pela Faculdade de Direito do Ceará (1927)	Advogado / Jornalista	UDN	Prefeito de Crato (CE)	Estudos jurídicos e políticos sobre o Nordeste entre os quais: <i>Ação de nulidade de testamento e petição de herança</i> (1925), <i>A morte de Paulo Brasil</i> (1927), <i>Ação de manutenção de posse</i> (1930), <i>Dez meses de administração municipal</i> (1931), <i>Ação de força velha turbativa</i> (1932), <i>Delito contra a honra</i> (1933), <i>Caso célebre de espoliação</i> (1939), <i>Ação de usucapião</i> (1939), <i>Da ineficácia da transação entre menores, ausentes e terceiros</i> (1940), <i>Caso típico de habeas-corpus por ilegalidade ou abuso de poder</i> (1940)
2. Crisanto Moreira da Rocha	Fortaleza / 1905	Filho de Manoel Moreira da Rocha (médico, fundador do Partido Democrático no Ceará, deputado federal entre 1912-1923 e 1927-1930)	Médico - Faculdade de Medicina da Universidade do Rio (1929)	Médico do Instituto Benjamim Constant / Ministério da Educação e Saúde / químico no Serviço de Fiscalização do Leite, em Fortaleza e no Rio	PSD		

				de Janeiro / Jornalista			
3. Francisco de Almeida Monte	Sobral / 1895	Filho de João Júlio de Almeida Monte, juiz municipal de Sobral		Agricultor e Pecuarista	PSD	Vereador de Sobral / deputado estadual	
4. Gentil Barreira	Cachoeira hoje Solonópole / 1895		Bacharel em Direito - Faculdade de Direito do Ceará (1918)	Promotor público em várias cidades do interior cearense	UDN	Deputado estadual 1928 a 1930 - 1935 e 1937/ Prefeito de Camocim (1930-1935) e Fortaleza (1935)	
5. Leão Sampaio	Barbalha / 1897	Apoio de padre Cícero	Médico - Faculdade Nacional de Medicina (RJ,1922)		UDN	Deputado Federal (Constituinte), 1933-1935	
6. Manuel Nascimento Fernandes Távora	Jaguaribe / 1877	Família consolidou grande tradição na política interiorana do estado	Médico (1903) e Farmacêutico (1900) - Faculdade do Rio de Janeiro.	Médico / Professor do Colégio Militar / Jornalista	UDN	Deputado estadual / Interventor federal / Deputado federal	Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará e da Academia de Letras do Ceará. Estudos históricos e biográficos: <i>O preço da liberdade</i> (1930), <i>Estado mental do padre Cícero</i> (1943), <i>Personalidade moral e mental do padre Ibiapina</i> (1946), <i>Como poderemos resolver o problema do petróleo no Brasil</i> (1949), <i>Palavras de protesto e de</i>

							<i>saudade</i> (discursos, 1960), <i>Algo de minha vida</i> (1961), <i>Idéias e perfis</i> (1967) e <i>Fenômenos de metapsíquica</i> .
7. Paulo Sarasate Ferreira Lopes	Fortaleza / 1908		Bacharel em Direito (1930) - Faculdade de Direito do Ceará	Inspetor federal de ensino, procurador da Junta de Sanções do Ceará / jornalista e um dos fundadores do jornal O Povo / Inspetor da Faculdade de Direito do Ceará	UDN	Deputado estadual	Estudos históricos, econômicos e sociais: <i>Por que devemos combater o nazismo</i> (1942), <i>O problema econômico do Nordeste e a Constituição de 1946</i> , <i>A batalha da borracha</i> (1946), <i>A Constituição do Brasil ao alcance de todos</i> , <i>O rio Jaguaribe é uma artéria aberta</i> e <i>A participação nos lucros e na gestão das empresas</i> .

Fonte: CPDOC. Elaboração do autor.